

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.171 - SP (2019/0302012-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOYCE SANTOS DE OLIVEIRA PALMA RESENDE -
SP275703
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO FELIPE TRISTAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se *habeas corpus* impetrado em benefício de **Bruno Felipe Tristão**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *Habeas Corpus* n. 216415-85.2019.8.26.0000 (fl. 28):

HABEAS CORPUS - alegação de falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime - incoerência - menção às circunstâncias atinentes ao caso concreto, tais como quantidade e natureza da droga.

HABEAS CORPUS - presença do *fumus commissi delicti* no auto de apreensão, auto de constatação e prova oral que indica que a droga estava em poder do réu, ora paciente. Índícios que permitem, por ora, a capitulação como tráfico, tais como quantidade inusual à figura do usuário - presença do *periculum in libertatis* visto a quantidade e natureza das drogas - o fato do réu ser primário e sem antecedentes não impede a prisão preventiva - falta de ofensa ao princípio da presunção de inocência, inteligência da Súm. 09 do STJ.

HABEAS CORPUS - desproporcionalidade - remédio heróico que não se presta a tal exame de mérito - exercício de futurologia - indeferimento liminar.

Alega-se na impetração, em síntese, que não foram apontados fundamentos idôneos para justificar a necessidade da prisão cautelar, que está baseada apenas na gravidade abstrata do tráfico de drogas.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como que a constrição cautelar está fundada na garantia da ordem pública,

Superior Tribunal de Justiça

em razão das circunstâncias concretas do delito, especialmente a quantidade e diversidade de drogas apreendidas (4 porções de cocaína embaladas individualmente, pesando 4,32 g e 8 porções de maconha, pesando 61,72 g), dinheiro, rolo de filme pvc, além de o paciente ter assumido a propriedade e a venda de entorpecentes - fl 83.

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indeferio-a.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator